

Informação e consciência



Fiquei contente, no ano passado, quando soube que uma brasileira residente no Canadá desenvolveu um aparelho para identificar substâncias alergênicas e agrotóxicas nos alimentos que consumimos. É bom saber que tais informações, hoje obtidas por especialistas em laboratórios sofisticados, podem estar à disposição de todos por meio de um instrumento de fácil manejo.

Não tenho uma visão salvacionista da tecnologia, mas acho que pode ser um instrumento para democratizar a informação e ajudar nas decisões da sociedade. Em nosso país temos o exemplo estarrecedor da desinformação sobre agrotóxicos. Há estimativas de que cada brasileiro consome, em média, 5,3 litros de substâncias que podem contaminar o leite materno, causar distúrbios hormonais, câncer de mama e de próstata, entre outros males.

É evidente que há controle econômico das informações. Afinal, a venda de agrotóxicos alcançou, em 2010, US\$ 7,3 bilhões. O Brasil é campeão, consome 20% do agrotóxico produzido no mundo. É o paraíso dos grandes laboratórios, que aqui vendem vários produtos proibidos na Europa e EUA.

A liberação e fiscalização está a cargo do Ministério da Agricultura, Anvisa e Ibama, mas sofre restrições políticas e pressões econômicas. As decisões são tomadas longe da sociedade. Por exemplo, Anvisa e Ibama perderam em 2013 a competência legal de declarar emergência fitossanitária com um decreto presidencial (regulamentando uma lei oriunda de Media Provisória). Três dias depois da publicação do decreto, foi declarada uma emergência e dada autorização para importar toneladas de veneno produzido por um grande laboratório.

A bancada ruralista, em acordo com o Governo, quer criar um órgão nos moldes da CTNBio para analisar a liberação de novos agrotóxicos.

As batalhas são nos bastidores. De um lado está a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que congrega os fabricantes). Do outro, estão Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Nacional do Câncer, que fazem pesquisas com alertas preocupantes sobre os efeitos dos agrotóxicos no organismo humano.

A contradição é evidente. A sociedade cria mecanismos de transparência e controle democrático, ampliados pela tecnologia muitas vezes desenvolvida de forma colaborativa. Os governos tomam posição oposta, defendendo acentadamente os interesses da oferta.

Consciência, compromisso com a qualidade de vida e o ambiente saudável, inovações tecnológicas que dão poder aos cidadãos, essas são as condições para que todos possam influir nas decisões públicas, para dar a palavra à demanda por mais respeito à vida.

Se não defendemos nossa saúde, quem o fará?

ARTIGOS DE OPINIÃO

Postado em 28/02/2014

****Marina Silva** é articulista da Folha de S.Paulo*

[box type="bio"] Este editorial foi divulgado anteriormente na Folha de São Paulo. A equipe do CIÊNCIAemPAUTA esclarece que o conteúdo e opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a opinião do site. [/box]